

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LARA SCHIAVON MENEZES DAMATO DE ARAÚJO

**Dependência e Assimetria na Relação Brasil-China no Período Recente: Uma Análise
Empírica à Luz da Lei de Thirlwall (1997-2023)**

UBERLÂNDIA
2025

LARA SCHIAVON MENEZES DAMATO DE ARAÚJO

**Dependência e Assimetria na Relação Brasil-China no Período Recente: Uma Análise
Empírica à Luz da Lei de Thirlwall (1997-2023)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais, da Universidade Federal
de Uberlândia para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. D.r Guilherme Jonas
Costa da Silva

UBERLÂNDIA
2025

LARA SCHIAVON MENEZES DAMATO DE ARAÚJO

**Dependência e Assimetria na Relação Brasil-China no Período Recente: Uma Análise
Empírica à Luz da Lei de Thirlwall (1997-2023)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais, da Universidade Federal
de Uberlândia para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. D.r Guilherme Jonas
Costa da Silva

Uberlândia, 2025

Banca Examinadora:

Guilherme Jonas Costa da Silva – Doutor (UFU)

Sandra Aparecida Cardozo – Doutora (UFU)

Flávio Vilela Vieira – Doutor (UFU)

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	7
CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E EMPÍRICA.....	9
2.1 <i>Teoria da Interdependência segundo Keohane e Nye.....</i>	9
2.2 <i>Teoria do Crescimento Conduzido pelas Exportações - Modelo de Thirlwall</i>	12
2.3 <i>Análise da Literatura Empírica.....</i>	16
CAPÍTULO 3 - BRASIL-CHINA: UMA PARCERIA ESTRATÉGICA	20
3.1 <i>Parceria Antes dos BRICS (pré 2006).....</i>	20
3.2 <i>Parceria Após os BRICS (2006)</i>	28
<i>Tabela 5 - Participação (%) dos BRICS no PIB Mundial nos anos 2007-2009-2015-2023</i>	30
<i>Tabela 7 - Principais Produtos Importados pelo Brasil da China nos anos 2007-2009-2015-2023.....</i>	34
CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA BASE DE DADOS E RESULTADOS	36
4.1 <i>Metodologia e Tratamento de Problemas Econométricos.....</i>	36
4.2 <i>Análise Empírica.....</i>	37
CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais Produtos Exportados pelo Brasil para a China em 1997	26
Tabela 2 - Principais Produtos Importados pelo Brasil da China em 1997	26
Tabela 3- Principais Produtos Exportados pelo Brasil para a China em 2006	27
Tabela 4 - Principais Produtos Importados pelo Brasil da China em 2006	27
Tabela 5 - Participação (%) dos BRICS no PIB Mundial nos anos 2007-2009-2015-2023	30
Tabela 6 - Principais Produtos Exportados pelo Brasil para a China nos anos 2007-2009-2015-2023	34
Tabela 7 - Principais Produtos Importados pelo Brasil da China nos anos 2007-2009-2015-2023	34
Tabela 8 - Teste de Estacionariedade de Dickey-Fuller Aumentado (ADF)	38
Tabela 9 - Regressão por Mínimos Quadrados Ordinários: Variável Dependente Crescimento do PIB Brasileiro	40

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Balança comercial brasileira Antes dos BRICS (1997-2006)	23
Figura 2 - Exportações Brasileiras Antes dos BRICS- Destino China Valor em US\$ FOB Milhões (1997-2006)	24
Figura 3 - Importações Brasileiras Antes dos BRICS: Origem China - Valor em US\$ FOB Milhões (1997-2006)	25
Figura 4 - Exportações brasileiras com China e EUA - Valor em US\$ FOB Bilhões	31

RESUMO

Este estudo analisa a influência do crescimento econômico chinês na economia brasileira e testa a hipótese de que a parceria entre os dois países é simétrica ou assimétrica. Para isso, utiliza-se a Lei de Thirlwall como referencial teórico para estimar um modelo econométrico de regressão múltipla, com dados de 1997 a 2023. Os resultados indicam que o crescimento da China tem um impacto significativo na economia brasileira, evidenciando uma dependência estrutural. Assim, o estudo contribuiu para uma melhor compreensão da relação Brasil-China dentro do contexto da interdependência complexa, mostrando que, embora crucial para o Brasil, a parceria econômica não é equilibrada.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil; China; Relação Comercial; Lei de Thirlwall; Teoria da Interdependência;

ABSTRACT

This paper aims to analyze the influence of China's economic growth on the Brazilian economy and test the hypothesis that the partnership between the two countries is either symmetrical or asymmetrical. To achieve this, the study employs Thirlwall's Law as a theoretical framework and estimates a multiple regression econometric model using data from 1997 to 2023. The results indicate that China's growth has a significant impact on the Brazilian economy, revealing a structural dependence. Thus, the study contributes to a better understanding of the Brazil-China relationship within the context of complex interdependence, showing that, although crucial for Brazil, the economic partnership is not balanced.

KEYWORDS: Brazil; China; Trade Relationship; Thirlwall's Law; Theory of Interdependence;

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

Em 1974, Brasil e China estabeleciam relações diplomáticas. Com esse gesto, o Brasil rompia suas relações com Taiwan, reconhecendo que existia um único governo chinês. A relação entre os dois países marca a transição para um mundo multipolar, após a Guerra Fria, e o esgotamento da hegemonia até então existente. A China passa a ganhar notoriedade com uma ascensão vertiginosa, se tornando a segunda economia do mundo, ultrapassando o Japão. (Preto, 2011)

Ao firmar a parceria, o vice-ministro do Comércio da China, Chen Chien, afirmou que os países tinham uma tarefa comum, a de “salvaguardar a independência e a soberania nacionais, desenvolver a economia nacional, e lutar contra o hegemonismo e a política de forças das superpotências” (Banco de Dados Folha, 1974). Além de Chien, o embaixador chinês em Washington, Huang Chen, se manifestou: “embora um grande oceano separe nossos países, o comércio pode estender uma ponta da amizade entre nossos povos”. (Banco de Dados Folha, 1974).

As relações estabelecidas marcaram o início das primeiras missões comerciais brasileiras para o novo parceiro asiático, que iniciou em 1972 com o envio de 3 mil toneladas de algodão. Em 74, foi enviada a segunda missão comercial, desta vez com representantes ministeriais brasileiros, neste ano os registros mostram que as importações chinesas atingiram 30 milhões de dólares, na compra de sisal. Nos primeiros anos de transações comerciais entre Brasil e China houve um grande saldo favorável à China. Sendo que em 1972, o desequilíbrio era de 69,5 milhões de dólares. Contudo, esse descompasso não aparenta ser um obstáculo nas importações chinesas, considerando que o país se preocupa com um equilíbrio geral na balança e não país por país. (Banco de Dados Folha, 1974)

A ascensão chinesa alterou os fluxos comerciais e de investimento mundiais, integrando cada vez mais o país à comunidade internacional. Em 2001, a China tornou-se membro da OMC e de todas as instituições da ONU, além de ingressar no G20, em 1999, e no BRICS, em 2006. Esse crescimento representou para além do plano econômico, uma representação política de evidência, em que a China se tornou membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. (Preto, 2011)

Da mesma forma, foi possível perceber a ascensão de outros países emergentes no mundo, onde se destaca o Brasil, presente também nos BRICS. Com as mudanças que

ocorreram no âmbito político e econômico mundialmente, o Brasil passou a enxergar o leste asiático como uma área estratégica em seu processo de inserção internacional. Tanto o Brasil, quanto a China passaram por períodos que não viabilizavam que seus crescimentos fossem alcançados de forma rápida. Enquanto no Brasil, só se obteve maior capacidade de atuação internacional com as reformas feitas por Fernando Henrique Cardoso, na China, houve a necessidade de recuperar sua credibilidade internacional, que apenas em 1993 pôde ser claramente vista, com a sua primeira parceria estratégica feita com o Brasil. (IPEA, 2016)

Este trabalho visa abordar a questão central da relação bilateral entre Brasil e China, investigando se o comércio entre as duas nações é igualmente benéfico para ambos. A pesquisa considera o histórico da relação, as parcerias estratégicas firmadas ao longo dos anos e os saldos comerciais, que revelam como o comércio se desenvolveu e quais são as principais áreas de impacto. A hipótese é de que a relação comercial entre Brasil e China não é igualmente vantajosa, com um dos países obtendo mais benefícios que o outro.

Para investigar essa questão, será realizada uma pesquisa empírica, com a coleta e análise de dados comerciais e indicadores de desenvolvimento econômico de ambos os países. O objetivo é examinar a relação comercial, identificando os principais produtos trocados e avaliando os impactos econômicos resultantes para cada país. O estudo traz a importância econômica da relação comercial entre Brasil e China, que tem grande impacto na economia brasileira e levanta preocupações sobre a possível dependência em relação ao mercado chinês. Compreender melhor essa dinâmica pode ser importante para a formulação de políticas públicas e apoiar a tomada de decisões que fortaleçam a posição do Brasil no cenário internacional.

Nos próximos tópicos, a pesquisa abordará o modelo de Thirlwall e a Teoria da Interdependência, para fundamentar teoricamente o estudo, além de uma análise detalhada da relação entre Brasil e China, apresentando dados comerciais que evidenciem o volume e a natureza dos produtos exportados e importados. Em seguida, será realizada uma análise dos dados comerciais, comparando os benefícios econômicos obtidos por cada país. Dessa forma, busca-se fornecer uma resposta fundamentada ao questionamento sobre a simetria dos benefícios na parceria comercial Brasil-China.

CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E EMPÍRICA

2.1 Teoria da Interdependência segundo Keohane e Nye

A interdependência internacional é um conceito fundamental para entender as relações econômicas e políticas entre os Estados. Robert Keohane e Joseph Nye, em *Power and Interdependence* (2012), desenvolveram a teoria da interdependência complexa, que desafia a visão realista tradicional das relações internacionais. Eles destacam que as interações globais

são caracterizadas por fluxos recíprocos de bens, serviços, capitais e informações entre os países.

Segundo Keohane e Nye (2012, p. 7), “dependência significa um estado em que um ator é determinado ou significativamente afetado por forças externas. Interdependência, mais simplesmente definida, significa dependência mútua”. Assim, no contexto da política internacional, a interdependência refere-se a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre Estados ou entre atores de diferentes países. No entanto, a mera interação entre os atores não é suficiente para caracterizar a interdependência; é necessário que as transações impliquem custos ou restrições. Dessa forma, a presença de custos recíprocos é o que diferencia a interdependência da simples interconexão.

Apesar de a interdependência pressupor dependência mútua, isso não significa que haja equilíbrio entre os atores. Pelo contrário, essas relações são frequentemente assimétricas, conferindo a um dos atores maior poder de barganha. Como afirmam Keohane e Nye:

We must also be careful not to define interdependence entirely in terms of situations of evenly balanced mutual dependence. It is asymmetries in dependence that are most likely to provide sources of influence for actors in their dealings with one another. Less dependent actors can often use the interdependent relationship as a source of power in bargaining over an issue and perhaps to affect other issue. At the other extreme from pure symmetry is pure dependence (sometimes disguised by calling the situation interdependence); but it is too rare. Most cases lie between these two extremes. And that is where the heart of the political bargaining process of interdependence lies. (Keohane, Nye, 2012, p.9)

Além disso, Keohane e Nye identificam duas dimensões fundamentais da interdependência: sensibilidade (*sensitivity*) e vulnerabilidade (*vulnerability*). A sensibilidade refere-se à rapidez com que alterações em um país provocam impactos custosos em outro. Esse impacto não se mede apenas pelo volume de fluxos transnacionais, mas também pelos efeitos negativos que mudanças nessas transações podem gerar nas sociedades e nos

governos. Já a vulnerabilidade é um conceito mais estrutural, relacionado ao grau de dependência de um ator em relação a outro. Essa dimensão é essencial para entender a estrutura política das relações interdependentes, pois indica quais atores podem definir as regras do jogo (Keohane, Nye, 2012, p. 10).

Uma estratégia comum para reduzir a vulnerabilidade é a formação de alianças entre Estados, como os BRICS, que buscam equilibrar as assimetrias de poder no sistema internacional. Quando um país se encontra em uma posição de alta vulnerabilidade em relação a outro, pode buscar formas de diversificar suas relações comerciais ou fortalecer laços estratégicos para minimizar os efeitos negativos dessa dependência.

A aplicação do conceito de interdependência às relações entre Brasil e China permite analisar essa conexão sob perspectivas além dos tradicionais indicadores econômicos. Inspirando-se nas ideias de Albert Hirschman, observa-se que, embora ambos os países se beneficiem do comércio bilateral, os ganhos podem ser assimétricos, tornando um dos atores mais dependente do que o outro.

Hirschman argumenta que, se um país (A) possui um comércio externo diversificado, enquanto outro (B) depende de poucos produtos exportados para o país A, o país A tem maior poder de barganha. Isso ocorre porque A pode buscar alternativas facilmente, enquanto B fica vulnerável à relação com A. Assim, A controla mais as negociações, dado que a dependência de B é mais restrita. Essa dinâmica gera uma desigualdade de poder nas negociações comerciais, pois o país A, com mais opções de fornecedores, pode negociar com mais flexibilidade. Já o país B, devido à sua dependência de poucos produtos exportados para A, vêem seu poder de barganha enfraquecido.

Dessa forma, a interdependência econômica entre Brasil e China deve ser analisada não apenas em termos de benefícios comerciais, mas também considerando os impactos geopolíticos e estratégicos da relação bilateral. O conceito de vulnerabilidade proposto por Keohane e Nye ajuda a compreender os desafios que o Brasil enfrenta ao depender excessivamente das importações chinesas. Assim, a interdependência econômica, longe de ser apenas um fator explicativo do crescimento e da estabilidade econômica, também pode representar um risco para a autonomia econômica do Brasil.

2.2 Teoria do Crescimento Conduzido pelas Exportações - Modelo de Thirlwall

A teoria do crescimento econômico data de 1776, no livro de Adam Smith, “Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações”, mas esse foi o tema de todos os grandes economistas, como Malthus, David Ricardo e Marx. Smith, contribuiu com a ideia de rendimentos crescentes, essa teoria diz que para aumentar os rendimentos, precisaria elevar a produtividade do trabalho e a renda per capita, e não ter nenhum limite imposto ao emprego da mão de obra pelo salário. Além disso, o autor reconhece a importância das exportações, que funcionam como um escape para o excedente de commodities que não seriam vendidas internamente.

O conceito de rendimentos crescentes apresentado foi retomado no século XX, quando alguns autores, como Allyn Young e Verdoorn, e posteriormente Kaldor, se aprofundaram na ideia. Os estudos de Verdoorn, que pôde ser considerado uma lei, implica na existência de uma relação entre a taxa de crescimento do produto e a taxa de crescimento da produtividade manufatureira no longo prazo. Ou seja, o coeficiente de Verdoorn propõe que “um aumento de um ponto percentual na taxa de crescimento do produto leva a um aumento percentual do coeficiente na produtividade da manufatura”. (Silva, Reis, 2018)

Posteriormente, Kaldor destaca que através de suas inter-relações e dinâmicas, a indústria funcionaria com o responsável por fazer a economia girar. Seus pressupostos são divididos em 4: a indústria é o motor do crescimento e este seria maior caso a proporção das indústrias perante os demais setores fosse maior; a segunda lei, é uma releitura da proposição de Verdoorn, onde postula que o crescimento da produtividade do setor é impulsionado pelo crescimento da produção no próprio setor; o aumento das exportações é necessário para manter o equilíbrio na balança de pagamentos. (Silva, Reis, 2018)

Com isso, por que as taxas de crescimento diferem entre os países? Essa é a pergunta que dá início a teoria de Thirlwall sobre o crescimento econômico dos países, através da balança de pagamentos. Segundo a abordagem neoclássica, as diferenças nas taxas de crescimento ocorrem no lado da oferta da economia, utilizando-se do conceito de função de produção. Conceito esse que descreve a relação entre os insumos utilizados no processo produtivo e quantidade de produto final gerado. Assim, o crescimento econômico seria definido pelo aumento da produção total ao longo do tempo, por meio dos fatores de produção, dos avanços tecnológicos e melhorias na eficiência. Contudo, apesar da teoria ser

matematicamente precisa, ela não diz por que as taxas de crescimento da oferta dos fatores e da produtividade entre países se diferem. (Thirlwall, 1979)

O economista, através de uma perspectiva keynesiana, busca explicar que o crescimento se dá por meio da demanda guiando o sistema econômico, e a oferta se adaptando. A explicação mais provável está nas restrições feitas sobre a demanda, em que em uma economia aberta, a restrição é a balança de pagamentos.

Na teoria de Thirlwall, o equilíbrio do balanço de pagamentos em conta corrente de um país ocorre quando o valor total das exportações ($P_d X_t$) é igual ao valor total das importações ($P_f M_t E_t$),

$$P_d X = P_f M E \quad (1)$$

onde P_d representa o preço das exportações em moeda doméstica, X_t é a quantidade exportada, P_f é o preço das importações em moeda estrangeira, M_t representa a quantidade de importações e E_t é a taxa de câmbio entre a moeda doméstica e a estrangeira. Esse equilíbrio é fundamental para que uma economia em crescimento não acumule déficits externos insustentáveis.

À medida que a economia cresce, a condição para manter o equilíbrio dinâmico é que a taxa de crescimento do valor das exportações seja igual à taxa de crescimento do valor das importações. Dessa forma, a condição de crescimento do equilíbrio externo é representada pela expressão:

$$p_d + x = p_f + m + e \quad (2)$$

onde as letras minúsculas indicam taxas de crescimento contínuas das variáveis ao longo do tempo. Essa condição implica que o crescimento das exportações deve acompanhar o das importações, essencial para evitar que a necessidade de financiamento externo comprometa a sustentabilidade do crescimento.

A função da demanda por importações, segundo a teoria padrão da demanda, é influenciada pelo preço das importações, pela taxa de câmbio, pelo preço de bens substitutos e pela renda doméstica. A relação é expressa pela fórmula:

$$(3) \quad M = B \left(\frac{p_f^E}{p_d} \right)^\psi Y^\pi$$

$$(4) \quad m = \psi (p_f + p_d) + \pi (y_{BR})$$

$$(5) \quad y_{BR_b} = \frac{(1+\eta+\psi)}{\pi} (p_f - p_d - e) + \frac{\varepsilon}{\pi} y_{CH}$$

onde \square representa a elasticidade-preço da demanda por importações (a sensibilidade da quantidade importada em relação ao preço das importações) e π é a elasticidade-renda da demanda de importações. Esses parâmetros demonstram que, em uma economia com alta dependência de importações, um aumento na renda doméstica ou uma depreciação cambial (que eleva o custo das importações) pode afetar significativamente o volume importado, impactando diretamente o balanço de pagamentos.

A quantidade de exportações é determinada pelo preço das exportações em moeda estrangeira, pelo preço de bens concorrentes internacionais e pelo nível da renda mundial, que indica a capacidade dos países estrangeiros de absorver as exportações do país em questão. A teoria de Thirlwall sugere que, se a elasticidade da demanda por exportações for baixa, a economia pode enfrentar limites no crescimento das exportações, o que pode restringir o crescimento geral. Assim, para países em desenvolvimento com alta elasticidade-renda das importações e baixa elasticidade das exportações, o balanço de pagamentos atua como um freio ao crescimento econômico de longo prazo.

Com isso, Anthony Thirlwall criou o modelo de Thirlwall, em 1979, com a tese central de que o crescimento de um país é limitado pela demanda externa, ou seja, pela capacidade de um país conseguir equilibrar o seu crescimento, sem gerar déficits em sua balança de pagamentos. (Thirlwall, 1979)

O crescimento será medido então da seguinte forma:

$$y_{BR_{b_t}} = \frac{x}{\pi} \quad (6)$$

onde Y_{Br} é a renda doméstica, x_t é a elasticidade-renda das exportações e π é a elasticidade-renda da demanda por importações. A aplicação da fórmula a dados internacionais traz como resultado algo muito próximo ao crescimento de diversos países, além de uma explicação do porquê as taxas de crescimento são diferentes. A Lei de Thirlwall

pode quase ser considerada perfeita, exceto onde a taxa de crescimento de equilíbrio do balanço de pagamentos exceda a taxa de crescimento viável, dada a capacidade produtiva, a taxa de crescimento de um país se aproximará da razão entre sua taxa de crescimento das exportações e a sua elasticidade renda da demanda por importações. (Thirlwall, 1979)

A necessidade de uma balança de pagamentos sem déficit é facilmente explicada, pois se são encontradas dificuldades, a demanda deverá ser reduzida, a oferta não será plenamente utilizada, o investimento será desencorajado e o crescimento tecnológico diminuirá. Mas, se o país conseguir maximizar sua demanda até sua capacidade produtiva, sem gerar instabilidade em sua balança comercial, isso causará pressão para que a capacidade produtiva aumente. Os motivos para esse aumento podem variar, através do investimento, oferta de trabalho, e a importação que pode aumentar a capacidade produtiva ao tornar os recursos domésticos mais produtivos. É esse o argumento subjacente à defesa do crescimento liderado pelas exportações, porque é apenas através da expansão das exportações que o crescimento pode ser elevado sem que o balanço de pagamentos seja deteriorado ao mesmo tempo. (Thirlwall, 1979)

Tendo isso em vista, o crescimento de exportações em um país não vai gerar a mesma taxa de crescimento nos demais, o porquê os requerimentos de importações associados ao crescimento serão diferentes entre os países, e assim, para o equilíbrio no balanço de pagamentos, alguns países terão que restringir a demanda mais cedo do que outros. A relação entre o crescimento de um país e a sua taxa de crescimento das importações é a elasticidade renda da demanda por importações. Isso está geralmente relacionado às características dos produtos que cada país produz, determinando assim suas importações e sua propensão a exportar. Para países que apresentam baixo crescimento nas exportações e uma demanda por importações relativamente alta, a conclusão é fácil: os produtos oferecidos são pouco atraentes tanto para o mercado interno quanto para o externo. (Thirlwall, 1979)

Para Thirlwall, a conclusão para os países que desejam crescer mais rápido, é que eles precisam primeiramente reduzir a restrição do balanço de pagamentos sobre a demanda. Dessa forma, as exportações se tornam mais atraentes, e a elasticidade da demanda por importações pode ser reduzida, sem prejudicar o balanço de pagamentos. Isso permite que a demanda interna cresça sem causar problemas no balanço de pagamentos. Além disso, dentro de certos limites, esse aumento da demanda pode estimular investimentos, gerar empregos e aumentar a produtividade. (Thirlwall, 1979)

2.3 Análise da Literatura Empírica

Em “A Natureza do Crescimento Econômico”, Thirlwall apresenta uma teoria macroeconômica convencional que entende a renda nacional como a soma de gastos com o consumo, os investimentos e as exportações, subtraindo as importações. Na sequência, utilizando a mesma lógica para a análise do crescimento, ou seja, o crescimento da renda nacional é a soma ponderada do crescimento do consumo, dos investimentos e das exportações líquidas. Thirlwall (1979) tem por objetivo explicar por que existem diferenças entre as taxas de crescimento econômico dos países.

Thirlwall fundamenta sua explicação sobre a demanda. Em particular, tratando-se de uma economia aberta, a principal restrição ao crescimento econômico é a balança de pagamentos, pois não é possível crescer com sucessivos *déficits* na balança de pagamentos de maneira sustentável. Com efeito, somente através da expansão das exportações, é que a taxa de crescimento pode ser aumentada sem que o balanço de pagamentos se deteriore ao mesmo tempo.

O modelo de crescimento econômico desenvolvido revela que, mesmo existindo países com a mesma taxa de crescimento das exportações, a taxa de crescimento econômico deles podem diferir uma da outra. Para que crescessem à mesma taxa seria necessário, além desta condição, que possuíssem as mesmas elasticidades-renda das exportações e das importações, condição rara de se encontrar, pois dependente das condições institucionais de cada país.

Nesta perspectiva teórica, a importância das exportações seria evidente, sendo o único fator de demanda autônomo, considerando que ele é externo ao sistema. Além de ser capaz de custear as importações, pois para impulsionar o crescimento, os investimentos são suficientes, mas todos permeiam as importações, com isso, sem as exportações, em determinado momento a demanda deverá ser cerceada. Os países que conseguem uma vantagem competitiva em produtos com alta elasticidade-renda da demanda tendem a manter essa vantagem, já que o aumento da produtividade reforça sua competitividade.

Nos modelos centro-periferia, as diferenças nas elasticidades de exportação e importação explicam os desafios enfrentados pela periferia e o sucesso dos países do centro. Se um país não puder financiar seus déficits crescentes, seu crescimento será limitado. A lei mostra que o crescimento de longo prazo de uma nação está relacionado à proporção entre a

taxa de crescimento das exportações e a elasticidade-renda da demanda de importações, sendo um previsor poderoso do desempenho econômico.

No estudo de Koga e Araújo (2023), o Leste Asiático e a América Latina foram analisados segundo a lei de Thirlwall. Para isso, utilizaram-se análises de séries temporais, no período de 1970 a 2019. Nos anos 1990, ocorreram mudanças importantes na economia do mundo, com a financeirização e a liberalização do comércio, nesse momento as duas regiões se comportaram de formas diferentes. Enquanto a América Latina se especializou nos bens primários, como suas *commodities* agrícolas, o leste asiático, sob liderança da China, assumiu a liderança das exportações de bens manufaturados mundialmente. Os países do Leste Asiático, particularmente os "tigres asiáticos", que eram grandes exportadores de produtos manufaturados de baixo valor agregado nas décadas de 70 e 80, se industrializaram e especializaram em tecnologias mais avançadas e produtos de maior valor agregado.

O desenvolvimento econômico dessas nações foi sustentado por políticas que combinaram investimentos em tecnologia e esforços para melhorar a competitividade industrial, políticas de incentivo às exportações, como isenções fiscais, juntamente com a atração de investimentos diretos estrangeiros, além de intervenção governamental que forneceu investimento necessário para atrair capital estrangeiro. Por fim, o acesso à tecnologia por parte das empresas exportadoras gerou um efeito de transbordamento (spillover) para o restante da economia, intensificando o crescimento econômico.

O resultado empírico do estudo feito corrobora com a teoria de Thirlwall, com o equilíbrio do balanço de pagamentos, a taxa de crescimento dos países asiáticos se apresentaram superiores ao dos países latino americanos. Demonstrando que as políticas adotadas que visavam atender o mercado externo foram efetivas, em contrapartida a política de industrialização por substituição de importações utilizada pelos países americanos falharam em desenvolver produtos capazes de competir com o mercado externo.

O estudo de Castilho e Luporini (2010) para o IPEA, apesar de não aplicar o modelo de Thirlwall, analisa o comércio brasileiro entre 1990 e 2008, um período de maior intensidade nos fluxos comerciais, destacando setores e a distribuição geográfica das trocas. As autoras estimam as elasticidades-renda das exportações por setor, evidenciando que o Brasil é um relevante exportador de produtos básicos e um grande importador de manufaturados, principalmente de países asiáticos, como a China. Apesar do foco no

Mercosul, o texto destaca que as exportações de manufaturados do Brasil possuem elasticidades-renda elevadas, indicando forte dependência do crescimento econômico dos países parceiros, embora o país enfrente desafios de competitividade e diversificação. No comércio com a China, predominam características de uma relação norte-sul, mais do que sul-sul, com as políticas comerciais e acordos reforçando a pauta tradicional e deixando setores vulneráveis às oscilações da demanda externa, especialmente em mercados de commodities. (Castilho; Luporini, 2010)

Os autores Raither, Higachi e Carmo (2011) investigam o crescimento da economia brasileira sob a restrição do balanço de pagamentos, como proposto pela Lei de Thirlwall, destacando que o aumento das exportações, sem deterioração do balanço de pagamentos, é fundamental para impulsionar o desenvolvimento tecnológico e o crescimento econômico. Utilizando técnicas de painel para o período de 2000 a 2008, os autores demonstraram que a economia brasileira esteve limitada pela relação entre as elasticidades-renda das exportações e importações. Os resultados mostram que a especialização brasileira está concentrada em produtos de média-baixa intensidade tecnológica, com foco em recursos naturais e mão de obra barata. Essa estrutura limita o crescimento sustentável, pois a elasticidade-renda das importações supera a das exportações, aumentando a pressão sobre o saldo da balança de pagamentos. Essa dinâmica reforça a necessidade de diversificar a pauta exportadora e investir em setores de maior valor agregado para reduzir a vulnerabilidade externa e ampliar o potencial de crescimento econômico.

Maia e Nunes (2006) buscaram analisar os impactos da balança comercial no desempenho da economia brasileira durante os anos 1990, com ênfase no papel do agronegócio para o crescimento econômico. Para isso, avaliou-se a evolução das elasticidades-renda das exportações, tendo como base a Lei de Thirlwall. A escolha dos anos 1990 deve-se às significativas transformações econômicas que romperam com o padrão vigente até então. Os resultados indicam que, no período analisado e no início dos anos 2000, o Brasil apresentou elasticidades-renda das importações superiores às das exportações. Isso sugere que, mesmo com taxas de crescimento da renda interna e externa proporcionais, o maior crescimento das importações em relação às exportações gerou desequilíbrios na balança comercial. Conforme a lógica do modelo de Thirlwall, países que se especializam na exportação de produtos primários ou de bens pouco industrializados tendem a ter elasticidades-renda das importações maiores que um, o que limita o crescimento econômico

via balança comercial. Por isso, tais países apresentam taxas de crescimento econômico menores em comparação àqueles cujas elasticidades-renda das exportações superam as das importações.

Segundo Vieira, Holland e Canuto (2004), a elevação da elasticidade-renda da demanda por importações de 1,51 para 2,62 entre os subperíodos 1900-1970 e 1971-2005 ressalta a relevância de segmentar a análise em diferentes períodos. Além disso, considerando que a taxa de crescimento da renda está inversamente relacionada à elasticidade-renda da demanda e que os termos de troca influenciam tanto essa elasticidade quanto a taxa de crescimento estimada da renda, conclui-se que, para o Brasil elevar sua taxa de crescimento de longo prazo, é essencial a implementação de políticas que fortaleçam sua competitividade internacional. Dessa forma, estratégias que impulsionam o crescimento das exportações de bens tecnologicamente mais avançados, além de medidas que reduzam a elasticidade-renda da demanda por importações, seriam altamente favoráveis ao desenvolvimento econômico do país.

Jayne (2003) aplica o modelo de restrição de balança de pagamentos de Thirlwall para analisar o crescimento brasileiro no período de 1955 a 1998, utilizando a técnica de cointegração a fim de examinar as respostas dinâmicas das exportações ao PIB. Os resultados indicam que existe uma cointegração positiva entre o crescimento das exportações e o crescimento econômico de longo prazo no Brasil, corroborando a ideia de que fatores externos limitam o crescimento econômico do país. López e Cruz (2000), ao testarem a lei de Thirlwall para quatro países latino-americanos (Argentina, Brasil, Colômbia e México), e assim como outros estudos, eles afirmam que os resultados confirmam a validade da lei.

Embora os achados enfatizem a relevância da balança de pagamentos para o crescimento econômico no Brasil, é importante ter cautela com as conclusões econométricas. Além disso, não se pode garantir que existam estratégias únicas para alcançar um crescimento econômico elevado e sustentável. Na verdade, a manutenção de um crescimento econômico estável e duradouro depende de políticas que integrem aspectos institucionais e tecnológicos. Jayme destaca a importância das restrições externas para o crescimento de longo prazo, sugerindo que uma política focada na promoção das exportações, combinada com uma estratégia de substituição de importações, poderia ser uma abordagem sensata do ponto de vista político, uma vez que ambas as estratégias contribuem para moderar as restrições da balança de pagamentos no longo prazo.

CAPÍTULO 3 - BRASIL-CHINA: UMA PARCERIA ESTRATÉGICA

3.1 Parceria Antes dos BRICS (pré 2006)

O relacionamento buscado pela China com o Brasil, pode ser visto a priori pelo potencial local de influência que o país ocupa na América Latina, devido ao seu tamanho continental e seu avanço industrial em relação aos demais países. Entre os anos de 1947 e 1980, o Brasil apresentou um crescimento do PIB de 7%, podendo ser visto como um dos que mais cresceu no mundo (Sousa, 2021). Conforme a Dra Wu Hongying, Chefe do Departamento de Estudos Latino-americanos do Instituto Chinês de Relações Internacionais Contemporânea (CICIR): “o Brasil, como principal país da América Latina, pelas dimensões de sua economia, população e avanços tecnológicos, naturalmente deve ter um papel de destaque na política da China para com essa região.” (Sousa, 2021)

A política chinesa de aproximação com o Brasil é reafirmada por Deng Xiaoping, em 1988 (Junior, 2010), no qual o líder diz que “assim como não poderá haver o século do Pacífico sem a China, não poderá haver o século da América Latina sem o Brasil”. O governo chinês se sentiu atraído pela abertura política adotada por Jânio Quadros, de uma “política externa independente” em 61. Contudo, com o golpe em 64, foi posto um fim nas relações bilaterais, até que 10 anos depois, com o voto contrário do Brasil, a China ingressou na ONU e o Itamaraty se viu forçado a aceitar o país. Aproveitou para aumentar os mercados de exportação brasileiros, enviando uma comissão para a China, que foi essencial para a mudança da perspectiva brasileira, que resultou em 1974, o estabelecimento de relações diplomáticas com a China. O período no Brasil era conturbado, temia-se uma subversão chinesa no país, durante o período do “pragmatismo responsável” de Geisel. (Junior, 2010)

As desconfianças foram sendo vencidas, devido à necessidade do mercado exportador dos produtos brasileiros, devido à crise da dívida externa. Conforme declarado por General Hugo Abreu no Conselho de Segurança Nacional em 75:

é forçoso reconhecer que a política externa brasileira, ajustada à dinâmica que preside e condiciona, nos dias atuais, o relacionamento internacional, e em vista da necessidade de diversificar seus mercados, tem procurado adotar posições suficientemente flexíveis, capazes de permitir, na medida de seus interesses, melhores relações com países comunistas. (Junior, 2010)

O primeiro acordo comercial assinado pelos dois países em 1978, previa em seu quinto artigo que:

As Partes Contratantes tomarão todas as medidas a fim de que as proporções de manufaturados e semimanufaturados de exportação de ambas as Partes aumentem gradualmente, sem prejuízo do intercâmbio de novos produtos e das mercadorias tradicionais. (BRASIL, 1979)

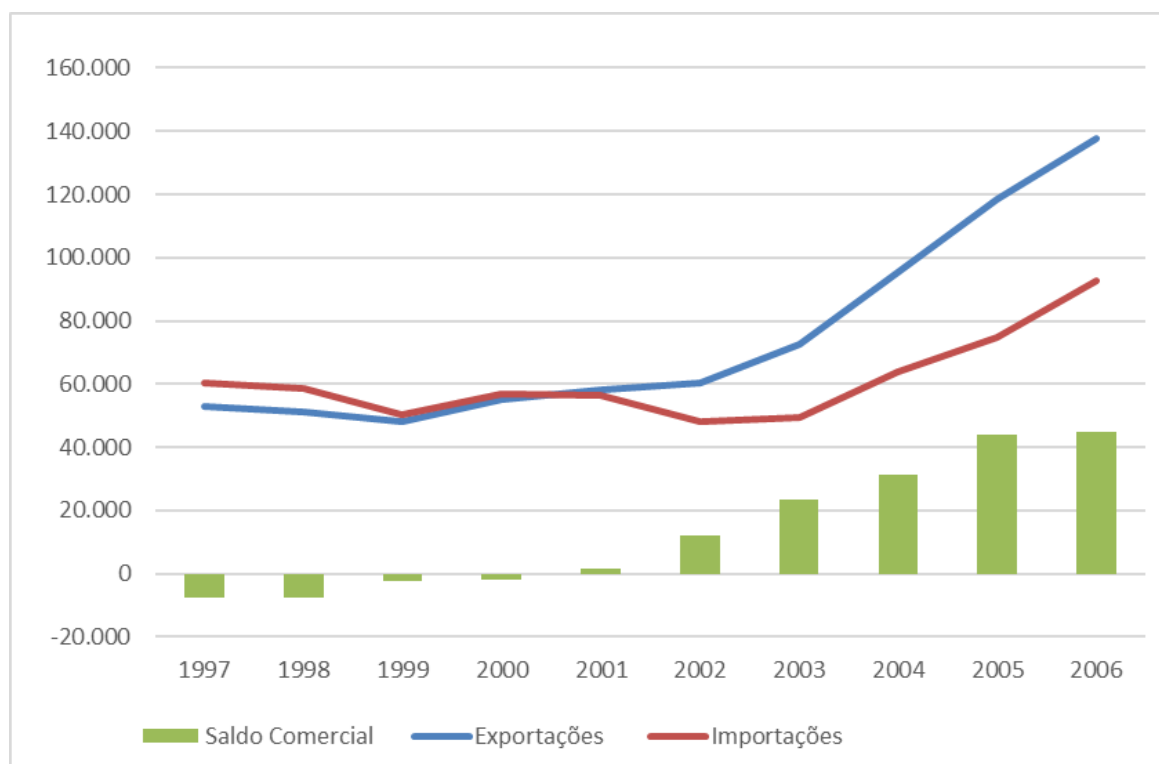
Neste momento foi estabelecido o primeiro acordo formal entre os dois países, com o favorecimento do comércio bilateral e visando estimular a exportação dos produtos brasileiros, principalmente açúcar, farelo de soja e algodão. Conforme (Bercard, 2011) "com a assinatura do primeiro Acordo Comercial entre Brasil e China, a corrente de comércio começou a evoluir de forma gradual, indo de US\$19,4 milhões em 1974 para US\$202 milhões em 1979". Na época, os produtos mais exportados para o Brasil foram, elementos químicos e farmacêuticos.

No presente momento, o Brasil estava em uma posição de maior diversificação, com a industrialização por meio de investimentos estrangeiros, e tinha interesse no petróleo, carvão mineral e insumos farmacêuticos chineses, enquanto a China necessitava das commodities brasileiras, como o açúcar, e produtos manufaturados, como calçados e têxteis. Esse período é marcado por ser o oposto da relação bilateral que será estabelecida e mantida posteriormente. (Sousa, 2021)

A primeira década do estabelecimento das relações diplomáticas foi marcada por alguns outros acordos, como o de Cooperação Científica e Tecnológica em 1982, que buscava promover a troca de conhecimento e tecnologia para o fortalecimento das relações comerciais. Além do Acordo de Pagamentos Recíprocos, 1987, que objetivava simplificar o sistema de pagamento entre os países, reduzindo as barreiras cambiais, garantindo maior fluidez no comércio bilateral. Ao fim dos anos 80, a relação entre os dois países passou a indicar autonomia ao Brasil, ao mesmo tempo em que garantia aos chineses o acesso a tecnologia avançada, com a proposta de construção conjunta de satélites de sensoriamento remoto, o CBERS, China-Brazil Earth Resource Satellite, projeto assinado em 1988.

O fim da Ditadura Militar dá início a um novo período na relação entre Brasil e China, com o estabelecimento da democracia os países ampliaram a cooperação em diversas áreas, comercial, cooperação científica, cultural e diplomáticas. Segundo Memorando do Departamento de Organismos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, “estudo realizado pelo Itamaraty sobre o padrão comparativo dos dois países durante a XL Assembleia Geral da ONU, em 1985, o qual revelou que, em 94,5% das votações, as posições chinesas eram idênticas às do Brasil”. (Carneiro, 2021)

O cenário, contudo, não foi favorável ao Brasil, com as dificuldades financeiras que o país passou nos governos Sarney e Collor, diminuiu o interesse chinês na parceria bilateral, devido à dificuldade brasileira em alavancar a cooperação existente. No governo de Itamar Franco, 1992, a política externa brasileira começa a dar lugar aos países em desenvolvimento, diversificando parcerias e buscando autonomia internacional. As relações com a China ganham novamente destaque, dando continuidade no projeto de satélites, e buscando uma parceria na ONU e no Conselho de Segurança (Bercard, 2011). Durante o governo de FHC (1994-2002), as taxas de inflação conseguiram ser controladas, mas o preço foi pago com a balança comercial se tornando deficitária em 1995, até os anos 2000, como pode ser visto no gráfico 1. (Siscomex, 2024).

Figura 1- Balança comercial brasileira Antes dos BRICS (1997-2006)

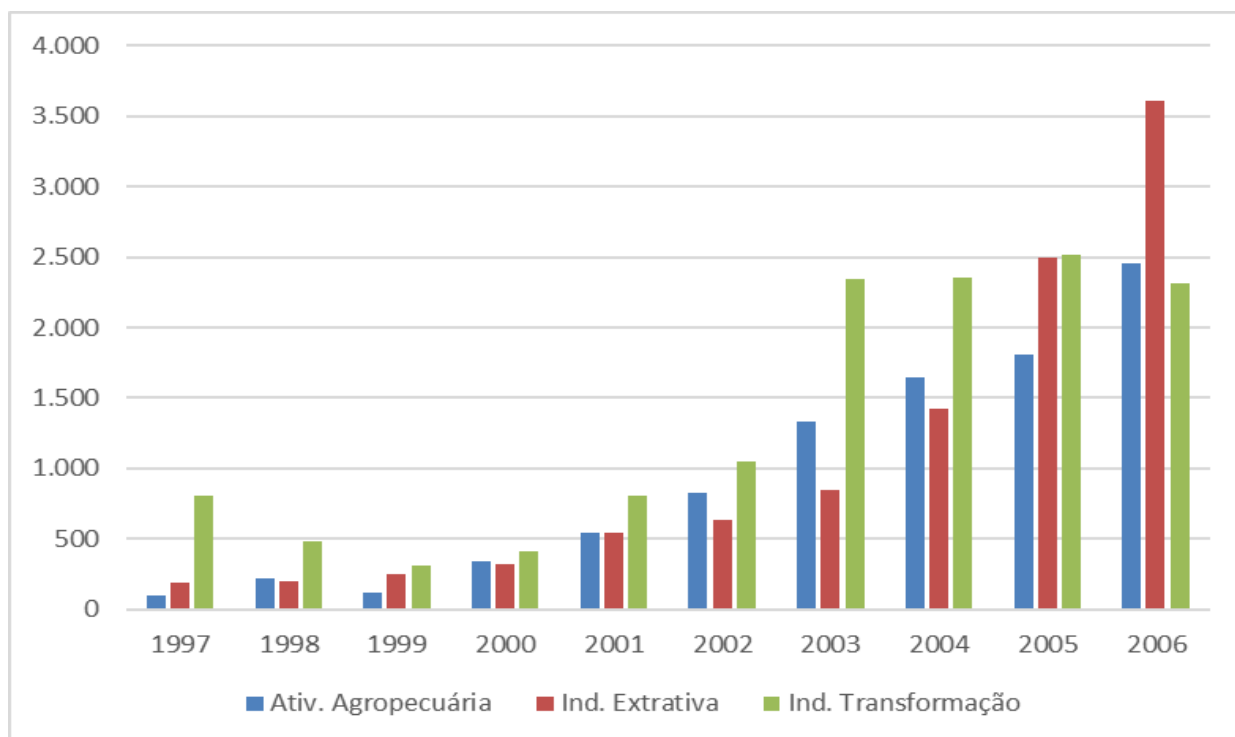
Fonte: SECEX, 2024. Elaboração própria.

Nos anos 1990, o modelo de crescimento chinês centrado em exportações, se vinculou a uma nova dinâmica doméstica, com elevação dos investimentos públicos em infraestrutura e políticas industriais. Essa dinâmica é voltada à elevação da produtividade e à melhoria das práticas gerenciais por parte das empresas estatais, com mobilização de recursos voltados para a infraestrutura, essenciais para sustentar o crescimento. Dessa forma, a China foi capaz de se inserir nas cadeias de produção e comércio em nível regional e global, elevando de forma significativa sua participação do comércio exterior. Para garantir seu contínuo crescimento e participação global, o governo passa a encorajar a internacionalização das empresas chinesas, através da ideia “Going global”. (Mendonça, 2009)

Nesse período, as relações comerciais chinesas foram alteradas, com exportações de bens de consumo e importação de bens básicos. O Brasil passou a importar produtos intermediários, como máquinas, aparelhos eletrônicos e componentes automobilísticos. Enquanto que nas exportações brasileiras à China, produtos de valor agregado médio foram substituídas por básicos, como na indústria de proteína animal, as exportações brasileiras de óleo e farelo de soja passaram em grande medida, para venda de grãos de soja, dado o

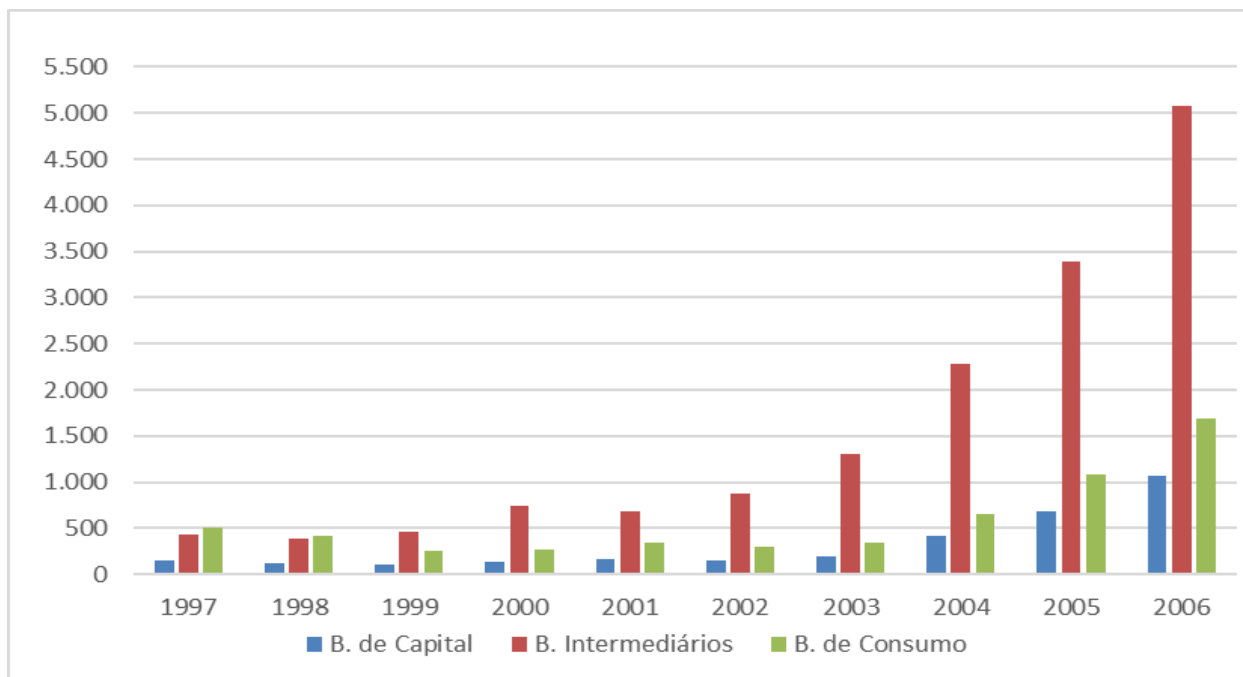
desenvolvimento de uma indústria de esmagamento e beneficiamento de grãos na China. No fim da década, o minério de ferro e a soja se transformaram nos principais produtos de exportação do Brasil para a China. (Secex, 2024)

Figura 2 - Exportações Brasileiras Antes dos BRICS- Destino China Valor em US\$ FOB Milhões (1997-2006)



Fonte: MDIC, 2024. Elaboração própria.

Figura 3 - Importações Brasileiras Antes dos BRICS: Origem China - Valor em US\$ FOB Milhões (1997-2006)



Fonte: MDIC, 2024. Elaboração própria.

Como pôde ser observado, o volume da comercialização é pequeno, segundo o MDIC em 1997 a China representava 1,9% do total das importações brasileiras, o equivalente a 1,16 bilhão de dólares, enquanto as exportações representavam 2,1%, 1,09 bilhão de dólares. A composição da balança comercial de exportação e de importação com a China, revela vendas externas brasileiras de produtos principalmente básicos, ao passo que a pauta importadora é formada na sua quase totalidade por bens manufaturados, que podem ser observados a seguir. Nas tabelas são exibidos os dados dos principais produtos e sua respectiva participação percentual referente ao total para exportações e para importações.

Tabela 1 - Principais Produtos Exportados pelo Brasil para a China em 1997

Produtos	Valor Milhões USD	%
Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja	264	24
Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado	253	23
Minérios de ferro e seus concentrados, exceto as piratas de ferro ustuladas	130	12
Outros grãos de soja, mesmo triturados	86	8
Pastas Químicas de Madeira à Soda ou Sulfato	49	5

Fonte: MDIC, 2024. Elaboração própria.

Tabela 2 - Principais Produtos Importados pelo Brasil da China em 1997

Produtos	Valor Milhões USD	%
Coques de hulha, de linhita ou de turfa	264	5
Outras partes para aparelhos receptores de radiodifusão, televisão, etc.	253	4
Aparelhos de reprodução indireta de fotocópia monocromático eletrostático	130	3
Alhos, frescos ou refrigerados, exceto para sementeira	86	2
Outras partes e acessórios para aparelhos de gravação/reprodução	49	1

Fonte: MDIC, 2024. Elaboração própria.

Já em 1997, o Brasil desempenhava um papel relevante de fornecedor de commodities agrícolas e minerais para a China, e como poderá ser visto mais a frente, esse padrão se intensificou na década seguinte. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram resíduos sólidos da extração do óleo de soja (24%) e óleo de soja bruto (23%) representavam quase metade das exportações brasileiras para o mercado chinês, seguidos pelo minério de ferro (12%) e pelos grãos de soja (8%).

Por outro lado, as importações brasileiras da China em 1997 estavam concentradas em bens industriais e insumos energéticos. O principal item importado foi coque de hulha, linhita ou turfa (5%), essencial para a produção siderúrgica. Ademais, o Brasil importava partes e acessórios para aparelhos de radiodifusão, televisão e gravação/reprodução (4% e 1%), bem como equipamentos industriais, como fotocopadoras (3%). Um destaque adicional foi a importação de alho fresco ou refrigerado (2%), indicando a presença de produtos agrícolas chineses no mercado brasileiro.

Tabela 3- Principais Produtos Exportados pelo Brasil para a China em 2006

Produtos	Valor Milhões USD	%
Minério de Ferro	2.630	31
Soja	2.430	29
Petróleo Cru	836	10
Pastas Químicas de Madeira à Soda ou Sulfato	348	4
Couros e Pele Curtidos de Bovinos ou de Equinos	261	3

Fonte: Data Viva, 2024.

Tabela 4 - Principais Produtos Importados pelo Brasil da China em 2006

Produtos	Valor Milhões USD	%
Acessórios para Transmissão de Rádio e TV	734	9
Discos para Gravação de Dados Digitais	368	5
Peças para Máquinas de Escritório	368	5
Circuitos Integrados	307	4
Equipamentos de Transmissão de Rádio e TV	297	4

Fonte: Data Viva, 2024.

O ano de 2006 será abordado mais profundamente no próximo capítulo, contudo é possível perceber que o comércio entre Brasil e China cresceu expressivamente, consolidando o Brasil como fornecedor de commodities estratégicas para a economia chinesa. As exportações passaram a representar 6,1% do total exportado pelo Brasil no ano, equivalente a 8,39 bilhões de dólares. O minério de ferro (31%) e a soja (29%) passaram a representar juntos 60% das exportações brasileiras, evidenciando o aumento da demanda chinesa por insumos agrícolas e minerais. Além disso, o petróleo cru (10%) passou a figurar entre os principais produtos exportados, reforçando a importância do setor energético na pauta comercial entre os países. A celulose (4%) manteve sua relevância, enquanto os couros e peles curtidos (3%) indicavam a permanência de produtos semi-industrializados na relação comercial.

No que se refere às importações, os produtos chineses diversificaram e ganharam maior valor agregado, e passaram a representar 8,6% da comercialização brasileira, equivalente a 7,97 bilhões de dólares. O Brasil passou a importar acessórios para transmissão de rádio e TV (9%), discos para gravação de dados digitais (5%) e peças para máquinas de escritório (5%), demonstrando o avanço da China na indústria de eletrônicos e equipamentos

tecnológicos. Além disso, os circuitos integrados (4%) e os equipamentos de transmissão de rádio e TV (4%) confirmam o crescimento do setor tecnológico chinês e a dependência brasileira desses produtos.

Como foi abordado ao longo deste capítulo, a China se destaca como exportadora de produtos manufaturados, enquanto o Brasil concentra suas exportações em commodities primárias, tanto agrícolas quanto minerais. Essa disparidade sugere a existência de uma complementaridade no comércio bilateral, ou seja, um dos países concentra suas exportações nos produtos que o parceiro mais importa, e vice-versa. De fato, uma das principais forças por trás do notável crescimento do comércio entre Brasil e China nos últimos 20 anos foi o aumento das importações chinesas de commodities brasileiras e o correspondente crescimento das importações brasileiras de manufaturados chineses. No entanto, essa dinâmica tem gerado questionamentos sobre esse modelo de comércio, seus impactos a longo prazo e as possíveis consequências para as estruturas produtivas de ambos os países.

3.2 Parceria Após os BRICS (2006)

A criação do agrupamento BRICS, que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e, posteriormente, África do Sul, marcou um divisor de águas no sistema internacional, ao propor uma alternativa à ordem econômica e política liderada por nações desenvolvidas. O termo BRIC foi originalmente cunhado pelo economista-chefe do Goldman Sachs, Jim O'Neill, em 2001, em seu estudo intitulado "Building Better Global Economic BRICs". Esse estudo não apenas evidenciou o potencial econômico das quatro nações emergentes, como também atraiu a atenção de empresários, economistas e acadêmicos para o papel que esses países desempenhariam na nova ordem global. Em 2006, a articulação entre os membros se formalizou com uma reunião de chanceleres realizada paralelamente à Assembleia Geral das Nações Unidas, estabelecendo o BRIC como uma plataforma de cooperação concreta.

O potencial econômico do grupo ficou evidente no período entre 2003 e 2007, quando Brasil, Rússia, Índia e China foram responsáveis por aproximadamente 65% do crescimento do PIB mundial. Em 2009, os BRIC já respondiam por cerca de 14% do PIB global, subindo para 18% em 2010 com a adesão da África do Sul e a oficialização do nome BRICS, consolidando o grupo como um importante ator nas questões de governança global. Ao considerar o PIB em paridade de poder de compra, o bloco já superava o PIB dos Estados Unidos e da União Europeia, alcançando cerca de 25% da economia mundial em 2010. ([IPEA](#), 2014)

Para o Brasil e a China, a cooperação dentro do BRICS representou não apenas o fortalecimento de laços comerciais, mas também a construção de uma parceria estratégica em áreas como infraestrutura, tecnologia e finanças. A criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) em 2014 simbolizou o compromisso dos BRICS em estabelecer mecanismos próprios para financiar o desenvolvimento sustentável, oferecendo uma alternativa às instituições financeiras tradicionais. Esse cenário possibilitou a consolidação da China como principal parceiro comercial do Brasil, redefinindo a pauta exportadora brasileira e promovendo uma nova posição estratégica para o país no comércio internacional.

Nos últimos anos, os BRICS consolidaram-se como forças econômicas de destaque no cenário internacional, impulsionados pelo crescimento das economias emergentes que o compõem. Entre esses países, a China e o Brasil assumiram posições de liderança: a China emergiu como a segunda maior economia global e o Brasil alcançou o sexto lugar em 2011. Essa ascensão criou um ambiente propício para que ambos aprofundassem laços comerciais, configurando uma relação baseada tanto na complementaridade econômica quanto nas assimetrias estruturais. Dessa forma, o Brasil se tornou um fornecedor estratégico de recursos naturais para a China, ao passo que a China se transformou no maior destino das exportações brasileiras, estabelecendo uma interdependência relevante para as economias de ambos os países. (Agência Senado, [2011](#))

Tabela 5 - Participação (%) dos BRICS no PIB Mundial nos anos 2007-2009-2015-2023

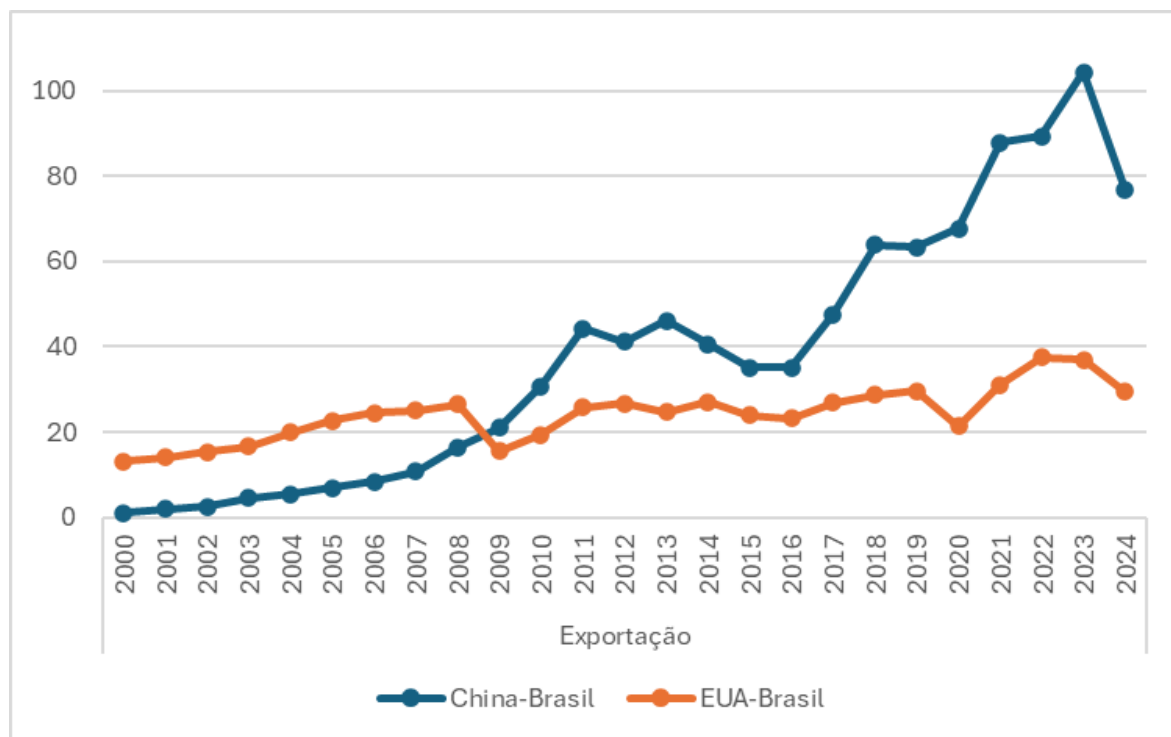
BRICS	2007	2009	2015	2023
Brasil	2,39%	2,74%	2,39%	2,04%
Rússia	2,23%	2,01%	1,81%	1,90%
Índia	2,08%	2,21%	2,79%	3,36%
China	6,08%	8,38%	14,66%	16,76%
África do Sul	0,57%	0,54%	0,46%	0,36%

Fonte: World Development Indicators (WDI,2025). Elaboração própria.

O comércio entre Brasil e China cresceu significativamente entre 2000 e 2010, período em que as exportações brasileiras para o mercado chinês aumentaram de US\$1,1 bilhão para US\$30,8 bilhões. Essa expansão foi predominantemente sustentada por produtos básicos, como soja, minério de ferro e petróleo, que em 2010 representavam aproximadamente 76% das exportações brasileiras para a China. Por outro lado, o Brasil tem importado produtos chineses de alta e média intensidade tecnológica, como máquinas, produtos de telecomunicações e componentes eletrônicos. Esse cenário reflete uma relação de interdependência econômica, em que o Brasil depende da demanda chinesa por commodities, enquanto absorve manufaturados de maior complexidade tecnológica, contribuindo para um cenário de dependência de produtos primários. (Baumann, 2010)

O ano de 2009 marcou o relacionamento dos dois países, quando a China ultrapassou os EUA e se consolidou como a primeira parceira do Brasil, e, desde então, também a principal fonte de superávit comercial para o país, como pode ser visto no gráfico 4.

Figura 4 - Exportações brasileiras com China e EUA - Valor em US\$ FOB Bilhões



Fonte: SECEX, 2024. Elaboração própria.

Além do comércio, a estratégia de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) chinês no Brasil também se destaca, especialmente no setor de recursos naturais. Entre 2009 e 2010, a China ampliou suas aquisições no Brasil, principalmente no setor de petróleo e mineração. Mais recentemente, empresas chinesas têm diversificado suas áreas de atuação no país, investindo em setores como tecnologia, infraestrutura e agronegócio. Essa expansão de investimentos chineses, embora impulse setores cruciais da economia brasileira, gera debates sobre a necessidade de promover indústrias nacionais de alta tecnologia, diante da forte presença de capital estrangeiro em setores estratégicos. Dessa forma, a concentração de investimentos em áreas de menor valor agregado desperta questões sobre a sustentabilidade de longo prazo dessa relação. (Pochmann, 2013)

O comércio intra-BRICS também tem sido marcado por um crescimento expressivo, com os países do bloco exportando e importando em volume cada vez maior. Esse comércio intra-bloco aumentou de US\$27 bilhões em 2002 para US\$220 bilhões em 2010, com o Brasil desempenhando um papel fundamental como exportador de commodities agrícolas e minerais para seus parceiros, especialmente a China. Esta relação reflete uma complementaridade econômica entre os BRICS, que fortalece os laços comerciais entre

esses países, ao mesmo tempo em que acentua as diferenças estruturais na pauta de exportação e importação do Brasil. Em 2011, o comércio entre os BRICS já representava o principal mercado para as exportações brasileiras, ultrapassando a União Europeia, embora esse comércio ainda seja caracterizado pela exportação de bens de baixo valor agregado. Em 2021, os BRICS ampliaram sua participação para 31,76% do PIB global, enquanto o G7 representava 30,51%. (Pochmann, 2013)

A aliança com os BRICS oferece ao Brasil uma oportunidade estratégica para diversificar seus parceiros econômicos e fortalecer sua presença no comércio internacional. No entanto, a predominância de commodities na pauta exportadora coloca a economia brasileira em uma posição vulnerável frente às oscilações de preços no mercado global, especialmente em momentos de crise. A recente queda nos preços de commodities agrícolas e de petróleo evidencia essa fragilidade, mesmo com a China mantendo sua demanda por recursos naturais para sustentar seu desenvolvimento industrial. Diante disso, o Brasil enfrenta o desafio de reduzir essa vulnerabilidade e equilibrar seu comércio com os países do bloco. (Pochmann, 2013)

A relação Brasil-China no contexto dos BRICS representa uma parceria estratégica com grande potencial de expansão para áreas de maior valor agregado. Para o Brasil, o desafio reside em diversificar sua pauta exportadora e investir em inovação para agregar valor aos produtos destinados ao mercado chinês. Esta parceria, ao mesmo tempo que proporciona oportunidades de crescimento, também impõe a necessidade de políticas que promovam maior competitividade e inovação na economia brasileira, com vista a fortalecer o papel do Brasil no comércio global e alcançar uma relação mais equilibrada com os demais membros do bloco. (Pochmann, 2013)

A integração econômica entre o Brasil e a China no contexto dos BRICS ocorre dentro de um cenário internacional em constante mudança, onde as dinâmicas de poder e comércio se reconfiguram. A crescente influência da China no mercado global não apenas transformou o país em um dos principais importadores de commodities brasileiras, mas também o consolidou como um parceiro indispensável para o Brasil. O modelo de desenvolvimento chinês, focado em industrialização e modernização aceleradas, exigiu uma demanda crescente por matérias-primas, o que beneficia diretamente o Brasil, especialmente

em setores como o de soja e minério de ferro. Esse crescimento acelerado, contudo, expõe o Brasil à volatilidade da economia chinesa e às variações na demanda, criando uma dependência que precisa ser avaliada pelo país.

Paralelamente, o investimento direto estrangeiro da China no Brasil reflete um aprofundamento dessa relação bilateral, mas também revela uma estratégia chinesa de garantir a segurança de sua cadeia de suprimentos. Nos últimos anos, empresas chinesas têm diversificado seus investimentos no Brasil, não apenas em commodities, mas também em infraestrutura e setores de alta tecnologia. Entre 2009 e 2010, o volume de aquisições chinesas no Brasil cresceu significativamente, com investimentos notáveis em áreas como exploração de petróleo e gás, energia renovável e, mais recentemente, no setor de telecomunicações e tecnologia da informação. Esse movimento representa uma tentativa chinesa de assegurar acesso constante e a longo prazo aos recursos brasileiros, além de consolidar uma presença econômica mais sólida na América Latina.

Apesar do crescimento do comércio Brasil-China, uma análise mais profunda da pauta exportadora revela que a relação é ainda marcada por uma forte concentração em produtos de baixo valor agregado. A predominância de commodities na pauta brasileira limita o potencial do país de obter ganhos mais significativos no comércio com a China e com os demais países dos BRICS. Em 2010, aproximadamente 76% das exportações brasileiras para a China foram constituídas de minérios, grãos oleaginosos e combustíveis minerais. Refletindo a especialização do Brasil em setores primários, enquanto as importações vindas da China são cada vez mais compostas por produtos manufaturados de maior intensidade tecnológica. Para que a relação entre os países seja mais equilibrada, o Brasil precisa aumentar a diversidade e o valor agregado de seus produtos exportados. (Pochmann, 2013)

Tabela 6 - Principais Produtos Exportados pelo Brasil para a China nos anos 2007-2009-2015-2023

Produto	2009		2015		2023	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Soja	6.330	30%	15.700	44%	38.900	37%
Petróleo Cru	1.340	6,40%	4.140	12%	19.800	19%
Minério de ferro	7.820	37%	6.450	18%	19.600	19%
Carne Bovina Congelada	2,8	0,01%	476	1,30%	5.730	5,50%
Milho	4,82	0,23%	30,1	0,01%	3.660	3,50%
Pastas Químicas de Madeira À Soda ou Sulfato	892	4,20%	1.650	4,60%	3.230	3,10%
Açúcar in Natura	71,6	0,34%	764	2,10%	1.910	1,80%
Óleo de Soja	407	1,90%	139	0,39%	263	0,25%

Fonte: Data Viva, 2025. MDIC, 2025.

Tabela 7 - Principais Produtos Importados pelo Brasil da China nos anos 2007-2009-2015-2023

Produto	2009		2015		2023	
	Milhões USD	%	Milhões USD	%	Milhões USD	%
Dispositivos Semicondutores	128	1%	163	1%	4.030	8%
Telefones	1.230	7,70%	2.340	8%	2.360	4%
Pesticidas	41,8	0%	192	1%	1.590	3%
Circuitos Integrados	645	4,10%	562	1,80%	1.370	2,60%
Compostos Heterocíclicos com Nitrogênio	182	1,14%	376	1,20%	1.240	2,34%
Acessórios para Transmissão de Rádio e TV	182	1,14%	1.260	4,10%	438	0,80%
Plataformas de Perfuração	539	3,39%	948	1,46%	487	0,90%
Peças para Máquinas de Escritório	748	4,70%	945	3,10%	666	1,25%

Fonte: Data Viva, 2025. MDIC, 2025.

Nos anos subsequentes à criação dos BRICS, o Brasil consolidou-se como um grande fornecedor de commodities para a China. Em 2007, os principais produtos exportados incluíam minério de ferro (35%), soja (26%) e petróleo cru (7,8%). Em 2009, a soja e o minério de ferro ganharam ainda mais relevância, com participações de 30% e 37%, respectivamente. Já em 2015, a soja tornou-se o principal produto exportado, representando 44% das exportações brasileiras para a China.

A partir de 2015, a importação de bens de alta tecnologia tornou-se ainda mais expressiva. Telefones celulares continuaram sendo um dos principais produtos adquiridos pelo Brasil (7,6% das importações), enquanto circuitos integrados e dispositivos semicondutores passaram a representar fatias importantes da pauta de importações. Em 2023, os dispositivos semicondutores tornaram-se o principal item importado, com 4,03 bilhões de dólares (7,6%), demonstrando a dependência crescente do Brasil em relação à tecnologia chinesa.

As assimetrias no comércio Brasil-China revelam também uma disparidade nos setores produtivos dos dois países. Enquanto a China consegue oferecer produtos de alta e média intensidade tecnológica, o Brasil ainda enfrenta desafios para competir em mercados globais nesses segmentos. Essa realidade sugere uma necessidade urgente de políticas públicas que incentivem a industrialização e a inovação tecnológica no Brasil. Além disso, o avanço da China em setores como tecnologia da informação e infraestrutura cria para o Brasil uma oportunidade de aprendizado e colaboração tecnológica, que poderia resultar na modernização do setor produtivo brasileiro. Para isso, no entanto, é essencial que o Brasil fortaleça suas capacidades internas em pesquisa e desenvolvimento, visando reduzir sua dependência de produtos manufaturados chineses.

No âmbito político, a parceria Brasil-China e o papel dos BRICS oferecem ao Brasil uma plataforma de atuação mais ampla, promovendo uma diplomacia que visa equilibrar a hegemonia econômica de países desenvolvidos. O bloco possibilita que o Brasil se posicione como uma voz representativa das economias emergentes, buscando influenciar decisões internacionais em temas como comércio, meio ambiente e governança financeira. A criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), por exemplo, ilustra o compromisso do grupo em promover investimentos em infraestrutura e desenvolvimento sustentável entre os membros do BRICS. Essa iniciativa fortalece o peso do Brasil nas negociações multilaterais e abre caminhos para um modelo de desenvolvimento mais integrado, que não depende exclusivamente dos países desenvolvidos. (Pimentel, 2013)

Por fim, embora o Brasil e a China tenham objetivos e interesses distintos dentro do BRICS, a relação entre os dois países continua a evoluir, oferecendo benefícios mútuos. No entanto, para que essa parceria seja sustentável e equilibrada, é fundamental que o Brasil adote estratégias que minimizem sua dependência de commodities e busquem agregar valor às exportações, além de fortalecer sua capacidade de competir em setores industriais e tecnológicos. O fortalecimento dos laços com a China no âmbito dos BRICS representa um passo importante para o Brasil, tanto em termos de crescimento econômico quanto de relevância geopolítica. Todavia, essa relação também impõe ao Brasil a necessidade de diversificar sua economia e investir em inovação para garantir que os benefícios sejam duradouros e conduzam a um desenvolvimento mais equilibrado.

CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA BASE DE DADOS E RESULTADOS

4.1 Metodologia e Tratamento de Problemas Econométricos

Para a análise empírica, utilizou-se a metodologia econométrica baseada em regressões lineares, que permitem identificar relações entre variáveis e estimar o impacto de fatores explicativos sobre a variável dependente. A econometria é a aplicação de métodos estatísticos para estimar relações econômicas, testar teorias, avaliar e aplicar políticas de governo, possibilitando inferências e previsões a partir dos dados observados.

O modelo adotado segue uma estrutura de regressão linear múltipla, onde a variável dependente é explicada por um conjunto de variáveis independentes. A regressão simples busca encontrar uma relação entre uma variável dependente e uma variável explicativa, enquanto a regressão múltipla amplia essa análise para incluir diversos fatores simultaneamente. Essa abordagem permite capturar melhor a complexidade dos fenômenos econômicos, reduzindo possíveis vieses de omissão de variáveis relevantes.

Entretanto, modelos econométricos podem enfrentar desafios que comprometem a validade das estimativas, sendo necessário aplicar técnicas para diagnosticar e corrigir problemas comuns, como, heterocedasticidade e autocorrelação dos resíduos. No presente estudo, tais problemas foram tratados da seguinte maneira:

A heterocedasticidade refere-se a uma variação não constante dos erros da regressão, o que pode tornar as estimativas ineficientes e levar a inferências incorretas. A autocorrelação dos resíduos ocorre quando os erros da regressão estão correlacionados ao longo do tempo, o

que pode levar a estimativas viesadas e ineficientes. Para avaliar esse problema, foi utilizada a estatística de Durbin-Watson, cujo valor estimado (2.87) indica que a autocorrelação dos resíduos não é significativa.

Para atenuar esses problemas, foram aplicados erros padrão robustos de Newey-West (HAC - Heteroskedasticity and Autocorrelation Consistent), que garantem estimativas confiáveis mesmo na presença de heterocedasticidade e também auxilia na correção da autocorrelação dos resíduos, garantindo robustez aos resultados.

Dessa forma, os ajustes metodológicos empregados garantem que as estimativas obtidas sejam consistentes e representem de maneira confiável a relação entre as variáveis analisadas. No próximo capítulo, os resultados do modelo serão interpretados à luz do contexto econômico e comercial das relações entre Brasil e China.

4.2 Análise Empírica

O objetivo deste estudo é analisar como o crescimento chinês impacta o desempenho da economia brasileira. Para isso, utiliza-se um modelo econométrico baseado em regressões, que nos permite estimar o efeito das variáveis selecionadas sobre o crescimento econômico do Brasil.

A partir de um modelo de regressão múltipla, foram analisadas as séries temporais do PIB do Brasil, do PIB da China e da taxa de câmbio real entre o real e o yuan, todas expressas em taxa de crescimento. Os dados foram extraídos do World Bank Open Data, abrangendo o período de 1997 a 2023.

A abordagem econométrica adotada fundamenta-se na Lei de Thirlwall, que postula que o crescimento econômico de um país é condicionado pelo crescimento da demanda externa. Considerando que a China é o principal parceiro comercial do Brasil, espera-se que o

crescimento chinês exerça um impacto positivo sobre a economia brasileira. A modelagem econométrica utilizada segue a equações:

$$y_{BRb_t} = \left[\frac{(1+n+\varphi)}{\pi} \right] * G_{\text{câmbio}_t} + \left(\frac{\varepsilon}{\pi} \right) y_{CH_t} \quad (7)$$

$$Dy_{BRb_t} = \left[\frac{(1+n+\varphi)}{\pi} \right] * DG_{\text{Câmbio}_t} + \left(\frac{\varepsilon}{\pi} \right) Dy_{CH_t} \quad (8)$$

$$y_{BRb_t} - y_{BRb_{t-1}} = \left[\frac{(1+n+\varphi)}{\pi} \right] * DG_{\text{Câmbio}_t} + \left(\frac{\varepsilon}{\pi} \right) Dy_{CH_t} \quad (9)$$

$$y_{BRb_t} = y_{BRb_{t-1}} + \left[\frac{(1+n+\varphi)}{\pi} \right] * DG_{\text{Câmbio}_t} + \left(\frac{\varepsilon}{\pi} \right) Dy_{CH_t} \quad (10)$$

em que:

- GYBR representa o crescimento do produto do Brasil;
- GYCH representa o crescimento do produto da China;
- GCÂMBIO representa a variação da taxa de câmbio real entre o real e o yuan;
- DG indica a aceleração do crescimento da variável.

Para validar a metodologia, foi verificada a ordem de integração das séries econômicas por meio do teste de Dickey-Fuller Aumentado (ADF) com intuito de testar a hipótese de raiz unitárias das séries.

Tabela 8 - Teste de Estacionariedade de Dickey-Fuller Aumentado (ADF)

Discriminação	Defasagem	Constante	Tendência	Estatística-t	Valor Crítico 5%
YBR	0	Sim	Sim	-1.366893	-3.595026
GYBR	0	Não	Não	-3.569123*	-1.955020
DGYBR	0	Não	Não	-8.473826*	-1.955681
YCH	3	Sim	Sim	-2.145495	-3.622033
GYCH	0	Sim	Sim	-3.027135	-3.603202
DGYCH	1	Não	Não	-7.197634*	-1.956406
CÂMBIO	0	Não	Não	-1.664458	-1.954414
GCÂMBIO	0	Não	Não	-4.197109*	-1.955020
DGCÂMBIO	3	Não	Não	-3.638324*	-1.958088

Fonte: Elaboração própria a partir da Saída do Eviews 12

Notas: Para seleção da defasagem, foi utilizado o critério de informação de Schwarz (SC). A letra G refere-se à crescimento. A letra D refere-se à aceleração. *Significativo a 1%.

O teste de estacionariedade, indica que o PIB do Brasil (YBR) e o PIB da China (YCH) não são estacionários em nível, pois suas estatísticas-t são superiores ao valor crítico de 5%, impedindo a rejeição da hipótese nula. Isso sugere que essas séries são integradas de pelo menos uma ordem.

Por outro lado, as variáveis que representam o crescimento do PIB do Brasil (GYBR), a aceleração do crescimento do PIB do Brasil (DGYBR), a aceleração do crescimento do PIB da China (DGYCH) e as variações do câmbio (GCÂMBIO e DGCÂMBIO) rejeitam a hipótese nula ao nível de 5%, indicando estacionariedade. Esses resultados sugerem que as séries de crescimento e aceleração do PIB, bem como a variação do câmbio, podem ser utilizadas diretamente nos modelos econométricos sem necessidade de diferenciação adicional.

Para a regressão linear serão utilizadas as variáveis a aceleração do crescimento do PIB da China (DGYCH) e aceleração do crescimento do câmbio, com o fito de identificar a relação com a aceleração do crescimento do PIB do Brasil (DGYBR).

Tabela 9 - Regressão por Mínimos Quadrados Ordinários: Variável Dependente Crescimento do PIB Brasileiro

Variável	Coeficiente	Erro padrão	t-Statistic	Prob.
GYBR (-1)	1.013403	0.056548	17.92124	0.0000
DGCÂMBIO	0.986841	0.064353	15.33490	0.0000
DGYCH	1.109709	0.119922	9.253558	0.0000
Constante	-0.000507	0.007799	-0.065035	0.9488
R-squared	0.920760		Mean dependent var	0.036917
Adjusted R-squared	0.909441		S.D. dependent var	0.175985
S.E. of regression	0.052959		Akaike info criterion	-2.892943
Sum squared resid	0.058898		Schwarz criterion	-2.697923
Log likelihood	40.16179		Hannan-Quinn criter.	-2.838853
F-statistic	81.33974		Durbin-Watson stat	2.872952
Prob(F-statistic)	0.000000		Wald F-statistic	119.6375
Prob (Wald F-statistic)	0.000000			

Fonte: Elaboração própria a partir da Saída do Eviews 12.

Os resultados indicam que o crescimento do PIB brasileiro (GYBRt) apresenta uma alta persistência temporal, ou seja, o crescimento passado tem um impacto significativo sobre o crescimento presente. O coeficiente da defasagem do crescimento do PIB (GYBR(-1)) foi de 1.0134 com um p-valor de 0.0000, indicando uma relação estatisticamente significativa e robusta.

A influência da China no crescimento econômico brasileiro também se mostrou relevante. A aceleração do crescimento do PIB chinês (Δ GYCH) teve um coeficiente de 1.1097 com um p-valor de 0.0000, demonstrando que um aumento de 1% na aceleração do crescimento da economia chinesa impacta positivamente em 1,1% a economia brasileira em magnitude similar. Esse resultado reforça a interdependência econômica entre Brasil e China,

especialmente no contexto das relações comerciais estabelecidas entre os dois países.

Adicionalmente, a taxa de câmbio se revelou uma variável significativa para entender o crescimento do PIB do Brasil. A aceleração no crescimento da taxa de câmbio entre Brasil e China ($\Delta GC\hat{A}MBIO$) apresentou um coeficiente de 0,9868 e um p-valor de 0,0000. Isso sugere que variações na taxa de câmbio têm um impacto direto sobre o crescimento econômico brasileiro. Especificamente, as flutuações cambiais podem influenciar as exportações brasileiras, tornando os produtos nacionais mais ou menos competitivos no mercado internacional, o que, por sua vez, afeta a dinâmica do crescimento econômico.

A qualidade do ajuste do modelo econométrico também merece destaque. O coeficiente de determinação ajustado (R^2 Ajustado = 0.90944) indica que aproximadamente 91% da variação no crescimento do PIB brasileiro é explicada pelas variáveis incluídas na análise, demonstrando um excelente ajuste do modelo. Além disso, o teste F apresentou um valor de 81.33974 com um p-valor de 0.0000, confirmando que o modelo como um todo é estatisticamente significativo. Por fim, o teste de Durbin-Watson resultou em um valor de 2.872369, indicando que há autocorrelação dos resíduos. Esses resíduos foram corrigidos utilizando uma técnica econométrica que ajusta os erros padrão e a matriz de covariância em modelos de regressão de séries temporais, por meio de erros padrão consistentes para heterocedasticidade e autocorrelação (HAC), com o uso do **kernel Bartlett e bandwidth fixo de 3.0000** no método Newey-West.

Do exposto é possível analisar teoricamente os resultados empíricos obtidos a partir da modelagem econométrica. Segundo Keohane e Nye (2012), a interdependência é caracterizada por efeitos recíprocos entre os países, e a presença de custos nessas relações impõe restrições à autonomia dos atores envolvidos. A análise econométrica revelou que a aceleração do crescimento do PIB chinês ($\Delta GYCH$) apresenta um coeficiente positivo e estatisticamente significativo (1.1097), indicando que a economia brasileira responde de maneira mais do que proporcional ao aumento da atividade econômica da China. Esse resultado está em consonância com o conceito de sensibilidade interdependente, já que as mudanças na economia da China têm efeitos diretos sobre o crescimento do Brasil.

Keohane e Nye argumentam que a interdependência raramente é simétrica. A influência de um país sobre o outro pode ser mais pronunciada em uma direção, resultando em relações de dependência assimétrica. No caso do Brasil e da China, os resultados sugerem

que o Brasil é mais vulnerável às flutuações da economia chinesa. A significância estatística e magnitude do coeficiente associado ao $\Delta GYCH$ na explicação do crescimento brasileiro indica que o desempenho econômico do Brasil está fortemente vinculado à demanda externa chinesa, especialmente no que se refere às exportações de commodities.

A dependência brasileira do mercado chinês corrobora o argumento de Hirschman sobre a interdependência assimétrica, segundo o qual um país mais poderoso pode impor condições comerciais menos favoráveis ao seu parceiro menos desenvolvido. Embora o comércio bilateral seja estratégica para ambos os países, o Brasil possui uma estrutura exportadora concentrada em commodities, o que o torna mais vulnerável às variações nos preços e às flutuações da demanda chinesa. Isso se reflete na persistência do crescimento econômico brasileiro ($\Delta GYBR$), sugerindo que a trajetória de crescimento do Brasil é fortemente influenciada por fatores externos, como o desempenho da economia chinesa e a taxa de câmbio entre o real e o yuan, que afeta a competitividade das exportações brasileiras e o custo das importações chinesas.

Os resultados indicam que a relação entre os países deve ser analisada não apenas sob a ótica das vantagens comerciais, mas também considerando os aspectos geopolíticos e estratégicos da relação bilateral. Assim, a análise empírica reforça a importância da interdependência complexa para compreender a dinâmica comercial entre os dois países. Os impactos significativos do crescimento chinês e da taxa de câmbio sobre o desempenho da economia brasileira sugerem que a política econômica deve levar em conta não apenas os fatores internos, mas também sua posição no sistema internacional, adotando estratégias que minimizem sua vulnerabilidade e aumentem sua capacidade de adaptação do Brasil às mudanças no cenário global.

CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cinco décadas de relações comerciais e diplomáticas entre Brasil e China exigem uma reflexão dos efeitos dessa parceria. O objetivo desta pesquisa foi analisar a simetria dessa relação estratégica, com foco no impacto do crescimento chinês sobre a economia brasileira e na dependência estrutural do Brasil. A hipótese formulada sugeria que essa relação não era equilibrada, sendo o Brasil mais dependente da China, sobretudo devido à sua pauta exportadora concentrada em commodities, enquanto a China se destaca como fornecedora de produtos de maior valor agregado.

Para responder a essa questão, foi utilizado um modelo econométrico de regressão linear, fundamentado na Lei de Thirlwall e na Teoria da Interdependência. Os resultados indicaram que o crescimento do PIB chinês está fortemente correlacionado com o crescimento do PIB brasileiro. Desde 2009, a China se consolidou como o principal parceiro comercial do Brasil, o que implica que qualquer impacto na economia chinesa tende a refletir diretamente sobre a economia brasileira. Esse efeito foi corroborado pelos testes econométricos aplicados, reforçando a ideia de que a dinâmica econômica brasileira está profundamente vinculada ao desempenho econômico da China.

Do exposto, pode-se concluir que o Brasil apresenta uma dependência estrutural em relação ao crescimento da China, corroborando a teoria de Thirlwall (1979), que destaca a influência da demanda externa no crescimento econômico de um país. Além disso, a teoria da interdependência reforça que, embora a relação entre os dois países seja crucial, ela não ocorre de maneira equilibrada. A China, como uma potência econômica global, exerce uma influência predominante sobre a economia brasileira, tornando o Brasil mais vulnerável a flutuações da economia chinesa.

Por fim, o artigo demonstrou que, embora estratégica, a parceria sino-brasileira apresenta desafios que precisam ser enfrentados para promover maior equilíbrio na relação comercial. A principal contribuição deste estudo foi evidenciar a assimetria na relação entre os dois países, destacando a necessidade de diversificar a pauta exportadora brasileira para reduzir sua vulnerabilidade às flutuações externas. Os resultados indicaram que existe uma relação entre Brasil e China, mas caracterizada por uma interdependência assimétrica, enfatizando a urgência de novas estratégias para fortalecer a posição do Brasil.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. World Development Indicators Database. The World Bank Data: Brazil. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>. Acesso em: 20 Fev 2025.

BANCO MUNDIAL. World Development Indicators Database. The World Bank Data: China. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>. Acesso em: 20 Fev 2025.

BAUMANN, Renato, org. **O Brasil e os demais BRICs – Comércio e Política**. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010.

BECARD, Danielle. O que esperar das relações Brasil – China? **Revista de Sociologia e Política de Curitiba**, v. 19, n. suplementar, nov, 2011.

BRASIL. Lei Nº 83.282, de 13 de março de 1979. Dispõe do Acordo Comercial, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1979.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Secretaria de Comércio Exterior. Comex Vis: Visualizações de Comércio Exterior. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>.

BRASIL. Reconhece a China de MAO. Banco de Dados Folha, 1974. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_16ago1974.htm. Acesso em: 20 Fev 2025.

CARNEIRO, Igor; RIBEIRO, Elisa; PERES, Hugo Freitas. BRASIL E CHINA: O histórico de quase meio século de relações diplomáticas. **Revista de Estudos e Pesquisa Avançadas do Terceiro Setor**, vol. 8, n.1, 2021.

CASTILHO, M. R.; LUPORINI, V. A elasticidade-renda do comércio regional de produtos manufaturados. **Textos para Discussão CEPAL**, 2010, Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2962/1/TD_1536.pdf. Acesso em: 20 Fev 2025.

CAVALCANTI, M., RIBEIRO, F. As Exportações Brasileiras no Período 1977/96: Desempenho e Determinantes. IPEA, 1998.

DIAS, Carina; LEITE, Gislaine. MORI, Juliana. Evolução das relações comerciais entre Brasil e China: Uma análise dos anos 2002 a 2014. **Revista Espacios**, vol. 37, n.24, mai, 2016.

GOMIDE, Flávia Maciel. Comércio Brasil e China: uma relação de interdependência. 2017. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, University of São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/D.101.2017.tde-08092017-154838.

HOLLAND, Márcio. VIEIRA, Flávio Vilela. CANUTO, Otaviano. Economic Growth and the Balance-of-Payments Constraint in Latin America. *Investigación Económica* Vol. 63, No. 247. Janeiro-Março 2004, pp. 45-74.

JAYME JR., F.G. Balance of payment constrained economic growth in Brazil. **Revista de Economia Política**, Vol. 23, No. 1, pp. 62-84, Jan/Mar 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/DmhyLHLp3L3LS3NbxxMYDtg/>. Acesso em: 20 Fev 2025.

JUNIOR, Oswaldo. A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: Origens, Evolução e Perspectivas (1993-2006). Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and interdependence**. 4. ed. Boston: Pearson, 2012.

KOGA, L., ARAÚJO, E. Estratégias de crescimento de países selecionados da América Latina e do Leste Asiático entre 1970-2019: revisitando a Lei de Thirlwall. **Revista Economia Ensaio**, Universidade Federal de Uberlândia, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Elisangela-Araujo-2/publication/370321776_Estrategias_de_crescimento_de_paises_selecionados_da_America_Latina_e_do_Leste_Asiatico_entre_1970-2019_revisitando_a_Lei_de_Thirlwall/links/6489c5b5712bd82962230f5a/Estrategias-de-crescimento-de-paises-selecionados-da-America-Latina-e-do-Leste-Asiatico-entre-1970-2019-revisitando-a-Lei-de-Thirlwall.pdf. Acesso em: 20 Fev 2025.

LEÃO, Rodrigo. A GESTÃO DA POLÍTICA CAMBIAL CHINESA: AS LIÇÕES DO PERÍODO DA CRISE FINANCEIRA DE 2008. **Boletim de Economia e Política Internacional**, 2010. IPEA.

LIMA, Pedro. A EVOLUÇÃO RECENTE DA BALANÇA COMERCIAL BRASIL-CHINA. Consultoria Legislativa, 2023.

MAIA, S.; NUNES, D. ABERTURA ECONÔMICA E CRESCIMENTO: ABORDAGEM DE THIRLWALL PARA ESTUDOS DO DESEMPENHO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) > 44th Congress, July 23-27, 2006, Fortaleza, Ceará, Brasil. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/148218?v=pdf>. Acesso em: 20 Fev 2025.

MARQUES, T; CAMPOS, R. UMA ANÁLISE DO COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-CHINA: A DETERIORAÇÃO DOS TERMOS DE TROCA E O CASO DA SOJA. **Revista Tempo do Mundo**, n.24, dez, 2020.

MENDONÇA, Bruno. A transição de Deng Xiaoping e a China contemporânea: continuidade e aprofundamento das reformas na era globalizada. Brasília, 2009.

NONNENBERG, Marcelo. China: estabilidade e crescimento econômico. Scielo, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/F3rdpjPK4Jf8cq49BjtXpKN/?lang=pt#>. Acesso em: 20 Fev 2025.

OLIVEIRA, Alexandre. O DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA CAMBIAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 1999-2009. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. UNIFACS, 2018, Salvador, BA – p. 253 – 277.

PIMENTEL, Fernando. O BRICS e a construção de uma nova arquitetura financeira internacional. **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Apresentação do Embaixador

José Vicente de Sá Pimentel. – 2. ed. rev. ampl. -- Brasília : FUNAG, 2013.

POCHMANN, Márcio. Relações comerciais e de investimentos do Brasil com os demais países dos BRICS. **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Apresentação do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel. – 2. ed. rev. ampl. -- Brasília : FUNAG, 2013.

PRETO, Affonso. Brasil e China no Reordenamento das Relações Internacionais: Desafios e Oportunidades. Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

RAIHER, A.; HIGACHI, H.; CARMO, A. Crescimento da economia brasileira restrito pelo BP: um teste da lei de Thirlwall por técnicas de painel 2000-2008.

